

A CAUSALIDADE COMO PROVA ONTOLÓGICA DA EXISTÊNCIA DE DEUS EM RENÉ DESCARTES¹

Causality as ontological proof of the existence of God in René Descartes

Maria Poliana da Silva²
Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Jungmann de Castro³

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar como Descartes utiliza o conceito de causalidade para sustentar o seu sistema filosófico, a prova ontológica da existência de Deus. Iniciando na dúvida hiperbólica, Descartes tem a necessidade de buscar um ponto de certeza absoluto, isto é, o cogito (penso logo, existo). Entretanto, não amplamente satisfeito com a descoberta do cogito, ele ainda necessita garantir a verdade das ideias claras e distintas e fundamentar o conhecimento verdadeiro, logo, essa verdade é garantida através da existência de um ser perfeito: Deus. De acordo com Descartes, a ideia de Deus possui realidade objetiva infinita e não poderia ter sido criada por um ser imperfeito como o ser humano, assim essa realidade deve ter sido causada por um ser com realidade formal e infinita, que seria Deus, sendo assim, a causalidade, nesse contexto, estabelece que um efeito deve ter uma causa, com no mínimo, o mesmo grau de realidade, sendo usada por Descartes como fundamento epistemológico. Além disso, o trabalho ainda explora a relação entre a prova causal (epistemológica) e a prova ontológica (lógica), o que mostra é que de fato essas provas se complementam no sistema cartesiano. Assim, a prova ontológica corrobora que a existência está contida na própria definição de Deus, sendo um ser absolutamente perfeito. Por fim, são discutidas as críticas a prova cartesiana, especialmente por parte de Hume e Kant, os quais questionam a validade empírica e lógica dos argumentos de Descartes.

Palavras-chave: Causalidade; Ontologia; Existência de Deus; René Descartes.

ABSTRACT:

The objective of this paper is to analyze how Descartes uses the concept of causality to support his philosophical system, particularly the ontological proof of the existence of God. Beginning with hyperbolic doubt, Descartes feels the need to find an absolute point of certainty — that is, the cogito (“I think, therefore I am”). However, not fully satisfied with the discovery of the cogito, he still needs to guarantee the truth of clear and distinct ideas and to ground true knowledge. This truth, therefore, is ensured through the existence of a perfect being: God. According to Descartes, the idea of God

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca de defesa foi composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. Marcos Roberto Nunes Costa, na seguinte data: 06 de Agosto de 2025.

² Graduanda do Curso de bacharelado em Filosofia pela UFPE.

³ Professor do Curso de Filosofia da UFPE.

possesses infinite objective reality and could not have been created by an imperfect being such as the human being. Thus, this reality must have been caused by a being with infinite formal reality — that is, God. In this context, causality establishes that an effect must have a cause with at least the same degree of reality and is used by Descartes as an epistemological foundation. Furthermore, this paper also explores the relationship between the causal (epistemological) proof and the ontological (logical) proof, showing that these proofs indeed complement each other within the Cartesian system. The ontological proof asserts that existence is contained within the very definition of God, as a being of absolute perfection. Finally, the work discusses the criticisms of Descartes' proof, especially by Hume and Kant, who question the empirical and logical validity of Descartes' arguments.

Keywords: Causality; Ontology; Existence of God; René Descartes.

1 INTRODUÇÃO

A filosofia moderna inicia com uma nova maneira de encarar a realidade, a verdade, e o próprio indivíduo que busca o conhecimento. Nesse cenário, René Descartes, entre 1596 e 1650, teve uma atuação bastante crucial ao sugerir uma quebra com o pensamento escolástico e buscar bases totalmente seguras para o saber. Em sua obra *Meditações Metafísicas*, Descartes lança uma metodologia fundamentada na dúvida hiperbólica, visando estabelecer um ponto de partida inquestionável: o *cógito*, “penso, logo existo”. Entretanto, para garantir a validade do saber que nasce do *cógito*, Descartes entende que precisa mostrar que Deus existe — um ser perfeito, uma prova ontológica clássica, compõe sua intenção: provar Deus usando o conteúdo da própria mente.

Dessa maneira, urge que a causalidade vira o ponto central no sistema cartesiano, servindo tanto para mostrar algo, quanto uma ligação entre o pensamento humano, limitado, e o ser divino, infinito. Compreender essa discussão causal, seus pressupostos metafísicos e sua importância na filosofia de Descartes é vital não apenas para entender a teologia racional cartesiana, mas também os fundamentos onde a confiança na razão e no conhecimento científico se apoia.

Por isso, este estudo busca avaliar a prova da existência de Deus de Descartes usando a causalidade, apresentando sua estrutura lógica, o seu papel no conhecimento e sua ligação com a prova ontológica. Nesse sentido, este artigo mergulha numa investigação teórica e analítica, empregando uma perspectiva qualitativa, focando na leitura cuidadosa na interpretação dos textos de Descartes, com destaque nas meditações metafísicas. A análise planejada será dividida em três pilares principais: (i) os fundamentos da filosofia de Descartes; (ii) A estrutura da prova causal da existência de Deus; (iii) A discussão crítica sobre sua validade e relação com outras formas de provas ontológicas.

Além disso, a metodologia visa entender comparações com as filosofias anteriores, tipo a escolástica, e examinar as ramificações epistemológicas da crença em Deus, dentro do sistema de Descartes.

2 A IDEIA REVOLUCIONÁRIA DE DESCARTES

A virada epistemológica marca o momento em que Descartes rompe com a tradição na Idade Média, na qual conciliava a fé religiosa com argumentos racionais. Esse movimento representa uma verdadeira revolução no pensamento moderno, pois

Descartes propõe uma reconstrução do saber fundamentada exclusivamente na razão. Para ele, a razão é o caminho mais seguro para alcançar o conhecimento verdadeiro em contraste com os sentidos, que podem nos enganar.

Desse modo, o racionalista apresenta o modelo cartesiano, que consiste no novo modo de ver o mundo como realmente é, sem interferência dos sentidos, na medida em que o método cartesiano visa verdades irrefutáveis de forma racional e lógica com argumentos que desprezam os sentidos, pois passa pela dedução até que se tenha uma verdade absoluta.

Logo, o método cartesiano é dividido em quatro fases: evidência, análise, ordem e enumeração. Essas prescrições têm como base o conhecimento proveniente da matemática, pois uma vez que declaramos que $1+1=2$ não exista uma alternativa a não ser assumir esse valor lógico, sendo assim Descartes toma a matemática como pressuposto universal na busca do conhecimento. Portanto, o método cartesiano divide-se em:

1. Evidência: não reconhecer nenhuma coisa sem que a conhecesse evidentemente por verdadeira, isto, evitar com muito cuidado a precipitação e o preconceito
2. Análise: Observar de maneira específica cada uma das dificuldades com a finalidade de resolvê-las.
3. Ordem: organizar os pensamentos, começando pelo mais simples até o mais complexo
4. Enumeração: classificar tudo minuciosamente a ponto de não omitir nada

Dessa forma, o método cartesiano está diretamente relacionado à dúvida hiperbólica, que consiste em duvidar de tudo aquilo que não seja absolutamente certo. Essa forma radical de questionamento serve como ponto de partida para a construção do conhecimento verdadeiro. Nesse processo, Descartes se baseia em quatro princípios universais que orientam sua busca por um saber sólido e indubitável.

Partindo da tese de que é imprescindível um conhecimento claro e sem erro, Descartes destaca a importância do papel de Deus na validação do conhecimento absoluto seguro, por meio da dúvida metódica ele primeiramente desconfia dos sentidos chegando a primeira certeza: “penso, logo existo” (cogito, ergo sum). A conclusão desse argumento levou-o a fundamentar a própria existência.

Entretanto, essa certeza não é suficiente, pois ele ainda necessita garantir que não está sendo enganado pelo “gênio maligno”². A partir disso, entra a perspectiva do porquê Deus é necessário na fundação do conhecimento seguro.

Portanto, Descartes necessita provar a existência de Deus, visto que para ter certeza acerca das ideias claras e distintas é imprescindível garantir essa prova da existência divina. Assim, todas as ideias devem ter uma causa e essas ideias não podem surgir do nada em nossa mente. Assim, a causa tem que existir a realidade quanto a ideia em si, um exemplo disso seria pensar na ideia de uma girafa, mesmo que não tenha visto uma, essa ideia da girafa poderia ter sido causada por coisas que viu ou ouviu ou que tenha semelhanças. No entanto, se tudo que advém de uma ideia tem a causa, então o que seria a ideia de um ser infinitamente perfeito? Como ter essa noção se somos seres imperfeitos? Desse modo, Descartes conclui que a ideia de Deus não veio de nós mesmo, visto que somos seres imperfeitos. Logo, tem Deus como uma garantia da verdade absoluta, pois se Deus é perfeito, verdadeiro e não enganador, então ele não permitiria que fôssemos enganados ao perceber ideias

claras e distintas, sendo assim, garante a confiabilidade da razão e a validade do conhecimento científico.

3 DÚVIDA HIPERBÓLICA E A BUSCA POR CERTEZA

A partir do momento que Descartes conclui que a ideia de Deus não poderia ter se originado de nós mesmo, pois somos seres imperfeitos, ele buscou um novo caminho para o pensamento racional e também na busca da verdade, baseada na razão, ao questionar a confiança dos sentidos, por serem passíveis de erro:

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos; ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez (Descartes, 1991, p 17-18).

Nesse sentido, Descartes, expressa sua desconfiança em relação aos sentidos como fonte de conhecimento verdadeiro. Ele observou que tudo o que havia considerado como mais seguro e verdadeiro até então fora aprendido por meio dos sentidos, mas que esses, por vezes, o enganaram. Logo, conclui que é prudente não confiar inteiramente em algo que já se mostrou falho.

Com base nisso, Descartes desenvolveu a dúvida metódica, a qual consiste em duvidar de forma lógica acerca de tudo que existe. Nesse processo radical de questionamento, Descartes chegou a duvidar da própria existência, como parte de sua busca por uma base absolutamente segura para o conhecimento, porém qual seria a relação de duvidar da própria existência com necessidade do conhecimento verdadeiro?

Há já algum tempo que eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípio tão mal assegurados não podia ser se não mui duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e constante nas ciências (Descartes, 1985, p. 17).

De forma mais clara, Descartes parte do pressuposto de que é necessário ter uma ciência confiável, a qual assegurasse a verdade, pois ele se viu decepcionado com acontecimentos durante toda a sua vida, os quais eram passíveis de muito engano. Desse modo, ele descobre a matemática como sendo um exemplo de conhecimento não factível ao erro, pois:

[...] a Aritmética, a Geometria [...], que não tratam senão de coisas muito simples e muito gerais, sem cuidarem muito em se elas existem ou não na natureza, contêm alguma coisa de certo e indubitável. Pois quer eu esteja acordado, quer eu esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o número cinco e o quadrado nunca terá mais do que quatro lados; e não parece possível que verdades tão patentes possam ser suspeitas de alguma falsidade ou incerteza (Descartes, 1985, p. 19).

Assim, essa citação corrobora o argumento de que a matemática para ele é vista como um exemplo de conhecimento claro e seguro, pois a matemática tinha conhecimento que podia evoluir qualquer área do conhecimento, uma vez que é uma ciência exata e que não dá margem de interpretação, isto é, não tende ao erro.

Portanto, a dúvida hiperbólica (exagerada ao ponto de duvidar da própria existência) torna-se indispensável na busca de uma ciência universal. Toma-se então, a descoberta da primeira certeza o "cogito, ergo sum":

Enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: 'eu penso, logo existo', era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava (Descartes, 1985, p. 46).

Em outras palavras, Descartes parte da dúvida quanto à confiabilidade dos sentidos e da existência do corpo, buscando alcançar um conhecimento absolutamente seguro, como ocorre na matemática. Nesse processo, ele reconhece a necessidade de um fundamento maior que possa garantir a veracidade desse saber. Assim, a prova da existência de Deus torna-se um elemento central e decisivo em sua filosofia, pois é somente com a garantia de um ser perfeito e veraz que o conhecimento pode ser plenamente validado, sem espaço para dúvidas.

4 O CONCEITO DE DEUS E O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE

Antes de abordar a questão do conceito de Deus e o princípio da causalidade, é fundamental esclarecer os diferentes tipos de ideias apresentados por Descartes, que as classifica em três categorias: adventícias, fictícias e inatas. As ideias adventícias são aquelas que têm origem na experiência sensível, ou seja, nos dados captados pelos sentidos — como, por exemplo, ouvir uma música ou sentir o calor do sol. Já as ideias fictícias são produzidas pela imaginação, por meio da combinação de elementos previamente adquiridos pelos sentidos; exemplos disso seriam figuras como o cavalo alado, o unicórnio ou o dragão. Por fim, as ideias inatas são aquelas que não derivam da experiência, mas que já estão presentes no espírito humano desde o nascimento, sendo acessadas exclusivamente pela razão.

A distinção entre esses tipos de ideias é essencial, pois fornece a base para a análise cartesiana da origem da ideia de Deus e para a aplicação do princípio da causalidade. Somente a partir dessa diferenciação será possível determinar se a ideia de um ser infinitamente perfeito pode ter sido criada pela imaginação, adquirida pelos sentidos ou se deve ser considerada inata — e, portanto, verdadeira e legítima para fundamentar o conhecimento.

No contexto da filosofia medieval, a Escolástica destacou-se como um dos mais importantes sistemas de ensino e produção intelectual da Idade Média. Iniciada por volta do século XI, teve entre seus fundadores Santo Anselmo, e alcançou seu auge no século XIII com Tomás de Aquino, que sintetizou de forma brilhante a doutrina cristã com elementos da filosofia aristotélica. O principal objetivo da Escolástica era harmonizar fé e razão, articulando os ensinamentos da tradição cristã com os princípios da filosofia antiga, especialmente os de Platão e Aristóteles.

Diante disso, pode-se questionar a relevância da Escolástica — e particularmente de pensadores como Santo Anselmo e Tomás de Aquino — para a filosofia de René Descartes, autor do século XVII. Apesar da distância temporal e das profundas diferenças metodológicas, é possível traçar alguns pontos de contato, uma vez que Santo Anselmo acredita que a essência suprema é a verdade, logo Deus é a verdade.

Quer, portanto, se diga que a verdade teve princípio e terá fim, quer se compreenda que não tem nem um nem outro, a verdade não pode estar limitada nem por um princípio nem por um fim. A mesma consequência aplica-se à natureza suprema, porque ela é a verdade suprema (Anselmo, 1998, p. 37).

Desse modo, Descartes está diretamente ligado a essa definição de Deus como verdade, pois vale ressaltar que a teoria do conhecimento pressuposta por ele, tem como fundamento a busca pelo conhecimento verdadeiro e que consequentemente deveria existir um Deus como garantia da verdade. Ainda partindo das semelhanças da filosofia de Descartes e Santo Anselmo, vale destacar também a ideia de perfeição como algo predicado de um ser absoluto: “tudo que possui mais ou menos uma perfeição deve-a a sua participação, tomada sobre a sua forma absoluta” (Gilson, 1995, p. 294). Ou seja, se a natureza das coisas possui graus diferentes de perfeição então elas não podem ter a mesma dignidade. Entretanto, existe uma substância ou natureza que é infinita, boa e perfeita, no sentido de que é a maior de todas as coisas. Logo, essa natureza ou substância seria Deus:

Ainda: se alguém examinar a natureza das coisas, queira ou não queira, haverá de convir que nem todas elas podem ser colocadas no mesmo plano de dignidade; mas ao contrário, uma delas distingue-se pela diferença de grau [...]. Ora esse ser supremo, existente necessariamente por si e que comunica a existência a tudo, ou é único ou há vários. Mas é evidente que não pode haver vários seres supremos. Logo, é possível concluir que existe natureza ou substância que é boa e grande, isto é, o bem supremo, a grandeza suprema, assim é a excelência entre todos os seres.

Em outras palavras, o ponto que liga os dois filósofos está na ideia de Deus como ser perfeito e infinito, na medida em que Descartes apresenta duas evidências ontológicas com a descoberta do cogito: “Mas que sou eu então? Uma coisa pensante” (Descartes, 1985, p. 119). Também o cogito se torna problemático, pois o autor encontra-se preso no seu pensamento e na sua própria existência, visto que ele é um ser finito e imperfeito. Entretanto, ao fazer essa afirmativa de que ele existe, quem garantiria que os pensamentos dele seria verdade? Logo, se é confirmado a própria existência, e que ele seria imperfeito, então tem de existir algo superior e perfeito: “que não pudesse provir de mim próprio” (*Ibid.*, p. 151).

A partir disso, torna-se crucial a questão da causalidade: a causa deve ter, pelo menos, tanta a realidade quanto o efeito, derivam-se, portanto, da conservação da realidade, no sentido de que nada pode vir do nada, e algo mais perfeito não pode vir de algo menos perfeito:

A ideia de um ser soberanamente perfeito, a qual se encontra em nós, contém tanta a realidade objetiva, isto é, participa por representação em tantos graus de ser e de perfeição, que ela deve necessariamente provir de uma causa soberanamente perfeita (Descartes, 1985, p. 81).

Em outras palavras, Descartes ele diferencia três tipos de realidade, para explicar com mais clareza a tal ideia.

1. A realidade formal, ela é fundamentada no grau de realidade que uma coisa possui em si. Por exemplo Deus tem realidade formal infinita, já uma árvore finita.
2. Realidade objetiva: o grau de realidade presente na ideia de uma coisa. Por exemplo a ideia de Deus tem mais realidade objetiva, do que a ideia

de uma ave

3. Realidade eminente: o modo, como uma causa pode conter mais realidade, do que o efeito. Por exemplo, uma mente pode gerar uma ideia, mesmo se a mente não for uma ideia.

Dessa forma, temos em nós a ideia de um ser infinitamente perfeito e essa ideia contém a realidade objetiva infinita, conseqüentemente, nós como seres finitos, não temos a realidade formal suficiente para ser a causa dessa ideia. Desse modo, só existe a única causa possível da ideia de Deus, o próprio Deus. Por outro lado, é indispensável nos perguntar se a filosofia de Descartes seria tão revolucionária a ponto de modificar todo um sistema filosófico ou ele simplesmente se adaptou a alguns conceitos da filosofia escolástica?

5 A CAUSALIDADE COMO PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS

Conforme mencionado anteriormente acerca das ideias inatas, adventícias e fictícias; as ideias inatas nascem conosco, e não advêm das coisas do mundo e nem dos sentidos. Nesse sentido, a primeira prova que Descartes nos apresenta sobre a existência de Deus se encontra na quarta parte do Discurso do Método, na qual consiste na dúvida ao cogito, ou seja, a partir do momento que ele duvida da própria existência, tem-se a noção de que existe como ser pensante. Logo, esta é a primeira certeza, não satisfeito, Descartes ainda necessita da verdade quando reconhece que saber é maior que duvidar; isto é, conhecer seria uma maior perfeição do que duvidar, assim, a partir do momento que Descartes reconhece a sua imperfeição tem que obrigatoriamente existir algo mais perfeito. No entanto, o que a prova da causalidade tem a ver com perfeição?

A ideia da perfeição falta em nós, no sentido de que ideias como o mar, a terra, o céu podem ser imperfeitos, uma vez que o meu pensamento é superior a esses elementos, mas por outro lado, é impossível isso acontecer de maneira contrária, ou seja, a ideia de um ser mais perfeito do que o meu:

Porém isto já não podia acontecer com a ideia de um ser mais perfeito do que o meu pois tê-la formado do nada era uma coisa manifestamente impossível; e porque não me repugna menos admitir que o mais perfeito seja uma consequência e uma dependência do menos perfeito do que admitir que do nada precede alguma coisa não podia receber de mim próprio. De maneira que restava apenas que ela tivesse sido posta em mim por uma natureza que fosse mais perfeita do que eu e que tivesse em si todas as perfeições que eu podia ter alguma ideia, isto é para me explicar com uma só palavra, que fosse Deus (*Ibid.*, p. 53-54).

Diante disso, Descartes sustenta que deve haver uma causa (Deus) para um determinado efeito (a ideia de perfeição), sendo esta última inserida na mente humana de forma inata. A partir do momento que ele tem a noção da sua própria existência como um ser pensante, Descartes vê que possui a ideia de perfeição e leva a crer que não poderia ter sido produzido por si mesmo, já que é um ser imperfeito. Assim, a questão principal é colocada em pauta: Qual é a causa dessa ideia de perfeição? Descartes chega à conclusão de que apenas Deus pode ser a causa da ideia de Deus, visto que um ser imperfeito jamais poderia originar a noção de um ser perfeito, ou seja, o maior tem que ser a causa do menor. Dessa forma, a ideia de perfeição nasce junto com o homem, de maneira inata, inscrita por Deus: “há mais realidade na substância infinita do que na substância finita e, portanto, que, de alguma maneira,

tenho em mim a noção do infinito anteriormente à do finito, isto é, de Deus antes que de mim mesmo” (Descartes, 1985, p. 89).

Em outras palavras, Descartes afirma que a ideia do infinito tem mais realidade (ou conteúdo objetivo) do que a ideia do finito. Isso significa que a ideia de um ser infinitamente perfeito (Deus) é mais rica e completa do que a ideia de um ser limitado como o próprio ser humano. Por isso, ele argumenta que essa ideia do infinito está antes da ideia de finito, ou seja, antes da própria consciência de si mesmo. Ele diz: só posso perceber que sou imperfeito — porque duvido, desejo, e me falta algo — porque comparo minha natureza a algo mais perfeito que eu, e essa comparação só é possível se eu já tiver a ideia de perfeição dentro de mim.

Portanto, a ideia de Deus (ser perfeito e infinito) é anterior e mais fundamental do que a ideia que tenho de mim mesmo.

6 A PROVA ONTOLÓGICA E A SUA RELAÇÃO COM A CAUSALIDADE

Diferentemente do argumento cosmológico, no qual consiste na busca por provar a existência de Deus como “primeira causa” do universo, pois é impensável imaginar que determinada coisa tenha se originado do nada, ou seja, necessita de uma causa primeira como fundamento para a origem de tudo. Por outro lado, o argumento ontológico se baseia na perspectiva de que Deus é posto como um ser supremo, perfeito e infinito, isto, é não pode existir algo maior.

Logo, a partir do argumento ontológico de Descartes, que considera que Deus é um ser perfeito e infinito, porém a essência não acarreta a existência. Entretanto, Deus não pode só ter essas características, sendo assim, é indispensável provar sua existência. No entanto, Descartes pode separar a essência de Deus (perfeito e infinito) da sua existência?

Partindo da tese de que Deus é um ser perfeito e que todas as perfeições como (bondade, infinitude, eternidade onipotência e etc) são atribuídas a ele, (argumento este previsto na quinta meditação), não pode existir a perfeição sem a sua existência. Desse modo, Descartes demonstra na quinta meditação que a essência de Deus não pode ser separada da existência:

Não, aqui oculta-se um sofisma. De que não possa pensar um monte sem o vale não se segue que existam onde quer que seja um monte e um vale, mas apenas que quer que existam, quer não existam, o monte e o vale não se podem separar um do outro. Mas, de que não posso pensar Deus a não ser existente segue-se que a existência é inseparável de Deus e que, por conseguinte, ele existe verdadeiramente. Não que o meu pensamento seja causa disto, ou que imponha a qualquer coisa uma necessidade, mas pelo contrário porque a necessidade da própria coisa, ou seja da existência de Deus me determina a pensar isto (Descartes, 1985, p. 188).

Em outras linhas, se Deus tem todas essas qualidades como a perfeição e a bondade, então ele não pode nos enganar. Nesse viés, a Res Cogitans (alma) e a Res extensa (corpo) são garantidas pela Res Divina (Deus). Por isso, Descartes vê a necessidade de Deus no seu sistema cartesiano, pois sem Deus não se pode ter conhecimento de alguma coisa, ou seja, não tem conhecimento absoluto e seguro.

Dessa maneira, a ideia de um ser cuja existência é intrínseca a sua perfeição, torna-se indispensável no que tange a existência de Deus para o Descartes, pois a existência de Deus não passa pela vontade ou imaginação humana, porém necessita do próprio conceito de Deus, visto que Deus é um ser que necessita de existência e

essa necessidade está de maneira inata em nossos pensamentos. Por outro lado, é diferente da ideia como cavalo alado, já que a figura de Deus não pode ser separada da ideia da existência, porque seria completamente contraditório imaginar um ser perfeito, soberano e divino que não existisse.

Ao tratar da prova epistemológica, é importante destacar que, na Terceira Meditação, Descartes desenvolve seu argumento a partir da análise da origem das ideias — desde a descoberta do *cogito* até a conclusão da existência de Deus. Ele parte do princípio de que toda ideia deve ter uma causa proporcional à sua realidade. Nesse contexto, observa que possui em sua mente a ideia de um ser infinitamente perfeito, dotado de todos os atributos máximos. Sendo ele próprio um ser finito e imperfeito, conclui que essa ideia não poderia ter sido gerada por si mesmo. Por isso, essa demonstração é chamada de prova epistemológica, pois busca justificar a presença e a origem legítima da ideia de Deus na consciência humana.

Já a prova ontológica(lógica) que está previsto na quinta meditação, Descartes toma como exemplo o argumento formulado por Santo Anselmo, no que consistia na análise lógica do seu conteúdo, ou seja, Deus como ser absolutamente perfeito, afirma que a existência é imprescindível da perfeição, assim como a ideia de um triângulo que tem que haver três lados. Desse modo, negar a existência de Deus seria totalmente contraditório, pois a partir do momento que se nega a perfeição divina acarreta a negação da existência de Deus. Logo, a prova ontológica se enquadra em um tipo de argumento lógico-dedutivo, uma vez que depende puramente da análise racional da própria definição de Deus.

Desse modo, a relação entre a prova causal (epistemológica) e a ontológica(lógica) torna-se indispensáveis no sistema cartesiano, pois a prova causal garante que a ideia de Deus tem origem real e verdadeira, enquanto a prova ontológica confirma por via da razão (lógico-dedutivo) que a existência pertence necessariamente a essência de Deus.

7 CRÍTICAS E LIMITES DA PROVA CARTESIANA

David Hume (1711–1776) foi um dos principais representantes do empirismo britânico, corrente filosófica que defende que o conhecimento é adquirido por meio da experiência sensorial e da observação. Nesse contexto, Hume apresenta uma importante objeção à filosofia de Descartes, especialmente no que se refere à prova ontológica da existência de Deus.

Para Hume, a negação da existência de Deus é racionalmente possível, pois, ainda que a ideia de Deus pareça complexa, ela é composta por partes que têm origem em sensações ou sentimentos específicos. Por exemplo, ao pensarmos na perfeição divina, já tivemos anteriormente experiências sensoriais ou emocionais relacionadas ao que é “perfeito” ou “imperfeito”.

Assim, Deus seria uma ideia complexa e composta, derivada de elementos empíricos acumulados pela mente humana. Portanto, ao contrário da abordagem racionalista de Descartes, que afirma que a ideia de Deus é inata e pura, Hume sustenta que essa ideia tem origem empírica, ou seja, é formada a partir da experiência empírica:

Quando pensamos em uma montanha de ouro, estamos apenas a juntar duas ideias consistentes, a de ouro e a de montanha, as quais já conhecíamos anteriormente. Podemos conceber um cavalo virtuoso porque, a partir de nossos próprios segmentos, podemos conceber a virtude e podemos uni-la à

forma e à figura de um cavalo animal que nos é familiar. A ideia de Deus, no sentido de um ser infinitamente inteligente, sábio e bondoso, deriva da reflexão sobre as operações da nossa própria mente e a de aumentar, sem limites, aquelas qualidades de bondade e sabedoria (Hume, 2002, p. 35).

Em outras palavras, todo conhecimento necessita da experiência sensível (a priori). Não se pode imaginar a existência de Deus a partir de uma ideia, seja uma ideia clara e distinta, pois ao afirmarmos que Deus é perfeito é necessário ter uma noção empírica do que é perfeito ou não perfeito.

No que tange ao argumento da Quinta Meditação - o qual afirma que Deus é provedor de todas as perfeições e sendo a existência uma perfeição, logo conclui que Deus existe. Entretanto, Kant discordar completamente dessa passagem, pois ele entende que a argumentação do Descartes não passa de uma ilusão de um conceito a apriorístico, ao exemplificarmos que “o triângulo tem três lados”, para garantir que esse triângulo existe tem se necessariamente que garantir esse atributo “3 ângulos” ou seja, um conceito analítico. Desse modo, Kant afirma que há erro em colocar Deus a partir de um conceito a priori, visto que para o Descartes, Deus é perfeito e sendo a existência um atributo de perfeição, logo Deus existe. Portanto, diante dessa afirmação cartesiana, afirma-se que Deus existe. Não obstante, Kant divergi desse pensamento ao afirmar que tudo isso é uma criação a partir de uma necessidade lógica, pois a existência não é um predicado, ou seja, não é uma qualidade ou atributo que se possa acrescentar a algo para torná-lo mais perfeito, como se verifica a seguir:

Em todo caso, essa necessidade lógica demonstrava um tão grande poder de ilusão que, na medida em que se criasse um conceito a priori de uma coisa, constituído de tal modo que ele abarcasse em sua extensão a existência, acreditava-se pode interferir com segurança que, como a existência pertence necessariamente ao objeto desse conceito, i. e., sob a condição de que eu ponha essa coisa como dada (existente), também a sua existência é posta necessariamente (segundo a regra da identidade) e, por conseguinte, esse ser é ele mesmo absolutamente necessário, já que sua existência é pensada em um conceito fortuitamente admitido e sob a condição de que eu ponha o objeto (Kant, 2012, p. 463).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este estudo, houve a necessidade de entender como René Descartes argumenta a causalidade como uma via legítima para provar de maneira ontológica a existência de Deus dentro do seu sistema filosófico fundamentado na razão. A princípio da dúvida hiperbólica e da busca por um conhecimento absolutamente seguro, Descartes tem a noção de que somente a existência de um ser perfeito (Deus) pode garantir a verdade das ideias claras e distintas, ou seja, a validade do conhecimento humano.

De acordo com a análise feita das meditações, a ideia de Deus é dotada de uma realidade objetiva infinita, isto é, não pode ter origem em um ser finito e imperfeito como o ser humano. Dessa forma, a causalidade tem o papel epistemológico fundamental a qual sustenta que uma causa deve ter, pelo menos, tanta realidade quanto seu objetivo. Portanto, Deus não só existe, mas sua existência é condição necessária para que o homem possa confiar na sua própria razão.

Além disso, no que tange a prova ontológica cartesiana que é discutida na Quinta Meditação corrobora que a existência está incluída na própria definição de Deus como ser perfeito. Ao correlacionar as provas causal e ontológica, Descartes

constrói um sistema racional em que Deus ocupa o centro da estrutura do conhecimento.

Destarte, apesar de as críticas citadas por pensadores como Hume e Kant, os quais questionam a validade lógica e empírica da prova cartesiana, o pensamento de René Descartes é um marco na história da filosofia moderna, pois a sua busca por conciliar razão, verdade e certeza é um marco no cenário filosófico. Assim, a análise da causalidade como prova da existência de Deus, não permite apenas entender melhor a teologia racional cartesiana, mas também refletir sobre os limites e possibilidades do próprio conhecimento humano.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**. Tradução de Armando da Silva Carvalho, Lisboa: Editorial Presença, 1969. vol. III.

AGOSTINHO, Santo. **A Trindade**. Tradução do original latino e introdução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1995.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução do latim e prefácio de Lorenzo Mammi. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2017.

ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**. Tradução de Armando da Silva Carvalho, Lisboa: Editorial Presença, 1969. vol. III.

ANSELMO, Santo. **Monólogo, Proslógio, A verdade, O Gramático**. Tradução e notas de Ângelo Ricci. São Paulo: Nova cultural, 1998. (Col. Os Pensadores).

DESCARTES, René. **Meditações de filosofia primeira**. Tradução Gustavo de Fraga, Almedina, 1985.

DESCARTES, René. **O discurso do método, As paixões da alma, Meditações, Objeções e respostas**. Introdução de Gilles - Gaston Granger. Prefácio e Notas de Gerald Lembrun. Tradução de J. Guinburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova cultural, 1991.(Coleção Os Pensadores).

DESCARTES, René. **Princípios de filosofia**. Tradução de João Gama, Edições 70, Lisboa, 2006.

DESCARTES, René. **Vida, pensamento e obra**. Tradução de Maria graça Pinhão. Editora Planeta Agostini: Publico, 2008 (Coleção Grandes Pensadores).

GILSON, Étienne. **A filosofia da Idade Média**. Tradução de Eduardo Brandão, Martins Fontes, São Paulo, 1995.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2020.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2012.

